

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REQUERIMENTO Nº. _____, DE 2022

(DA SRA. LÍDICE DA MATA)

Requer a realização de reunião de audiência pública com o tema que específica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública sobre o tema "O jovem eleitor brasileiro e seu engajamento no processo democrático, bem como a educação no processo de conscientização política, atualidades de grande repercussão e os impactos na democracia".

Com a finalidade de assegurar amplo debate e participação ativa da sociedade civil e comunidade interessada na matéria, solicitamos que sejam convidadas as seguintes representações para debater:

- 1) Representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para exposição do cenário nacional referente aos jovens em idade do alistamento eleitoral e, ainda, da Campanha Jovem Eleitor de 2022 e do Guia Cidadania para Jovens e outros;
- 2) Representante do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para exposição do Programa Eleitor do Futuro, atendimento em escolas e outros iniciativas de sensibilização;
- 3) Representante da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para exposição da iniciativa Leitura e Contação de História na Constituição do Sujeito Leitor e, da celebração de parcerias com diversos agentes para o ensino do universo político e da vida pública;







- 4) Representante da União Nacional dos Estudantes (UNE) para exposição referente aos desafios políticos de valorização do jovem brasileiro e expectativas de futuro;
- 5) Carlos Eduardo Miguel Sobral da Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará para exposição sobre o impacto das *fake news* e sua influência sobre a à formação cidadã do jovem eleitor em 2022; e
- 6) Representante da organização Todos pela Educação para apresentação de dados de pesquisa que mostra a importância da população em idade eleitoral avaliar as propostas dos candidatos à eleição para a educação do País, levantamento este publicado um dia antes do Dia Mundial da Educação (28 de abril).

JUSTIFICAÇÃO

O direito ao voto é uma oportunidade de exercício da cidadania com impacto direto na condução do País. Essa realidade reforça a necessidade da participação do maior número possível de pessoas no processo de escolha política.

É essencial para o processo democrático incentivar jovens e adultos no processo de escolha dos representantes políticos e, ainda, na fiscalização da atuação política e no processo de construção de tomadas de decisões em todos os níveis de governança.

Decorre daí a percepção da carência de maior amplitude de um debate unificado em torno das pautas urgentes do País e da necessidade de participação mais expressiva do jovem brasileiro em todas as pautas atuais com lastro na vida pública, em especial o processo democrático deste ano de 2022.

Essa exposição de motivos expressa, dentre outras motivações, a urgência de potencializar a educação na conscientização política e na compreensão da participação ativa do sujeito como elemento indispensável para a democracia.







Não obstante, os últimos anos foram acometidos por diversas investidas contrárias às instituições democráticas e ao equilíbrio da própria democracia. A história do País foi manchada por golpe político, insegurança jurídica, depreciação de direitos sociais, eleições influenciadas por *fake news* e desinformações, exposição da saúde pública aos riscos do negacionismo, condução da máquina pública a interesses particulares, aumento massivo da corrupção, governabilidade para interesses suspeitos e personalíssimos, aumento do desemprego e fome e tantos outros acontecimentos de vergonhosa repercussão internacional.

Diante do desastroso cenário, a educação para a conscientização política nos aparece ser a alternativa mais efetiva para a mudança do paradigma atual. O processo educacional de nossas crianças e jovens deve levar em conta o aprendizado do exercício democrático, sem viés político-partidário, mas voltado a uma ampla formação cidadã. No entanto, o distanciamento do jovem brasileiro da pauta política preocupa dada sua importância nos tempos de hoje e no País de futuro.

Muito embora o número de alistamentos eleitorais realizados nos três primeiros meses de 2022 tenha expressado crescimento em relação às duas últimas eleições gerais no Brasil, alguns dados comprovam que o cenário não é tão otimista.

Notícia divulgada por jornal de grande circulação a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citado pelo TSE, mostra que o Brasil tem cerca de 10 milhões de adolescentes entre 16 e 17 anos¹.

Segundo divulgado pelo próprio TSE, de janeiro e março o Brasil ganhou 1.144.481 novos eleitores na faixa etária de 15 a 18 anos. Já nos pleitos de 2018 e 2014, foram emitidos 877.082 e 854.838 novos títulos, respectivamente².

Porém, a série histórica do TSE mostra uma tendência de queda no alistamento eleitoral de adolescentes. Em 2012, por exemplo, foram mais de quatro milhões de pedidos para tirar o título de eleitor entre os que tinham de

²https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Abril/alistamento-de-eleitores-jovens-e-recorde-nos-tres-primeiros-meses-do-ano





¹ https://extra.globo.com/noticias/brasil/mais-de-854-mil-jovens-de-15-18-anos-pediram-para-tirar-titulo-de-eleitor-em-2022-diz-tse-25453486.html



15 a 18 anos, marca que não foi ultrapassada de lá para cá. Em 2020, ano da última eleição, houve 1,36 milhão de solicitações. E, no ano passado, foram 1,57 milhão. Desta forma, a baixa adesão do jovem brasileiro ao processo democrático e os ataques à nossa democracia reforçam a necessidade de espaços para a sensibilização e debates que viabilizem a compreensão e transposição das barreiras que estão postas.

Como ex-Deputada Federal constituinte eleita, sou testemunho das conquistas no período pós-Constituinte para a educação e o processo de afirmação da nossa democracia. Assim, aliada aos esforços empenhados pelas instituições, personalidades e a mídia em relação à sensibilização do jovem em idade de alistamento eleitoral e daquele já eleitor, conto com a colaboração dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento, a fim de fortalecer o processo de escuta da sociedade para a formulação de políticas educacionais direcionadas ao fortalecimento da democracia.-

Sala da Comissão, em 03 de maio de 2022.

Deputada LÍDICE DA MATA
PSB-BA



